

Recuperando e reaprendendo Administração do Desenvolvimento por meio da práxis da decolonização/recolonização

Autoria

Alexandre de Almeida Faria - alex.faria@fgv.br

Mestrado e Doutorado em Administração / FGV/EBAPE - Fundação Getulio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Resumo

Nesse trabalho reflexivo investigo um projeto de aprendizagem-ação que desafia a colonização do campo de administração de desenvolvimento (AD) por um campo de gestão anti-desenvolvimento crescentemente desenvolvimentista que de-subdesenvolve a maioria no Sul e Norte. O principal objetivo desse projeto coletivo informado pela práxis de decolonização-recolonização é recuperar dinâmicas transformacionais sulistas silenciadas e esquecidas pela contra-revolução neoliberal (sub)desenvolvimentista branqueadora em uma era de descolonização e império. Por meio de cumplicidade subversiva desafiamos o binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento para reaprendermos/recuperarmos AD como campo multifacetado predominantemente branco-patriarcal-eurocêntrico constituído por forças desocidentalizantes/decolonizantes oprimidas, mas não derrotadas, pelo expansionismo reocidentalizante da gestão. Análise sugere que práxis de decolonização-recolonização em educação viabiliza a recuperação-renovação de AD dentro e fora da academia de gestão sob a perspectiva dos condenados da terra para um mundo em que diversos mundos coexistem, coalescem e colidem.

Recuperando e reaprendendo Administração do Desenvolvimento por meio da práxis da decolonização/recolonização

Resumo

Nesse trabalho reflexivo investigo um projeto de aprendizagem-ação que desafia a colonização do campo de administração de desenvolvimento (AD) por um campo de gestão anti-desenvolvimento crescentemente desenvolvimentista que de-subdesenvolve a maioria no Sul e Norte. O principal objetivo desse projeto coletivo informado pela práxis de decolonização-recolonização é recuperar dinâmicas transformacionais sulistas silenciadas e esquecidas pela contra-revolução neoliberal (sub)desenvolvimentista branqueadora em uma era de descolonização e império. Por meio de cumplicidade subversiva desafiamos o binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento para reaprendermos/recuperarmos AD como campo multifacetado predominantemente branco-patriarcal-eurocêntrico constituído por forças desocidentalizantes/decolonizantes oprimidas, mas não derrotadas, pelo expansionismo reocidentalizante da gestão. Análise sugere que práxis de decolonização-recolonização em educação viabiliza a recuperação-renovação de AD dentro e fora da academia de gestão sob a perspectiva dos condenados da terra para um mundo em que diversos mundos coexistem, coalescem e colidem.

Palavras-chave: decolonial; administração do desenvolvimento; neoliberalismo

Introdução

Em um contexto neoliberal anti-desenvolvimento/anti-estado/anti-preto comandado pelo Atlântico Norte dentro de uma era de descolonização e império (Andrews, 2021; Fanon, 1961; Mignolo e Walsh, 2018), uma crescente população de condenados da terra no Sul e Norte renasce na dupla pandemia da COVID-19 e da supremacia branca (Stovall, 2020; Teixeira, 2021a) por meio da recuperação da práxis de desenvolvimento como ‘desejos por melhoria’ e de múltiplas alternativas e contradições correspondentes (Ndlovu-Gatsheni, 2021; 2013; Saldaña-Portillo, 2003) acompanhadas de uma ofensiva neo-desenvolvimentista reocidentalizante anti-China dos países do G7 comandados pela administração de Joe Biden (Zhao, 2021) que impõe a supremacia estadunidense no século asiático (Mahbubani, 2022). Essa realidade cotidiana que vivemos é ignorada epistemicamente/ontologicamente por nós mesmos – i.e., acadêmicos burgueses transformados em objetos-sujeitos do neoliberalismo (Dardot e Laval, 2014) – e, em especial, por um campo de gestão anti-desenvolvimento crescentemente ‘desenvolvimentista’ que ao colonizar o multifacetado campo de administração (pública) do desenvolvimento a qualquer custo, promove o de-subdesenvolvimento desumanizante da maioria ‘sulista’ no Sul e Norte (Costa, 2008; Farazmand, 2012; Santos et al., 2009; Santos et al., 2018).

É a partir do Norte reocidentalizante que o padrão neoliberal de de-desenvolvimento de ‘sulistas’ (Frank, 1973; Freire, 1970; Furtado, 1964) que internalizamos é radicalizado – especialmente as populações indígenas e mais escuras (Escobar, 1988; Marable, 2015; Quijano, 2007; Rodney, 1973). O campo nortista da gestão que ajudamos a desenvolver e expandir tem sido mobilizado para combater em escala global duas ‘ameaças’: a nova geo-grafia/política euro-asiática não-branca de desenvolvimento(s) liderada pela China e impulsionada por forças neoliberais e desocidentalizantes/decoloniais ‘sustentáveis’ (Gabriele e Jabbour, 2022) e a ressurgência/renascimento dos condenados da terra em lutas interconectadas pela rehumanização do mundo (Gibson, 2021; Prashad, 2014, 2012). Tais dinâmicas de radicalização do padrão imperial de de-desenvolvimento no Sul e Norte ofuscada pelos controversos papéis cumpridos pelo campo de economia do desenvolvimento (Plehwe, 2009) que informa os discursos cosmopolitas/supremacistas de desenvolvimento sustentável (Krauss et al, 2022) são reproduzidas e negadas pela universidade neoliberal e suas escolas de gestão branqueadoras/colonialistas no Sul e Norte (Dar et al., 2020).

Na academia neoliberal esse contexto é descrito como era da desigualdade a ser superada com teorias reformistas ‘cosmopolitas’ aliadas a teorias progressistas que incorporem dimensões humanistas/sociais de desenvolvimento econômico e superem o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento por meio de uma perspectiva *color-blind* de ‘sustentabilidade’ civilizatória em uma modernidade pós-moderna pós-colonial pós-racial em auto-correção (Atkinson, 2015; Bapuji et al., 2020). Essas teorias mobilizadas por um campo de gestão constituído pelo duopólio gestão de empresas e administração pública coloniza o multifacetado campo de administração (pública/política) do desenvolvimento (AD) e renova a matriz reocidentalizante destinada a derrotar forças longevas de des-ocidentalização/decolonização com pretensões imperiais sulistas e seus condenados da terra impulsionados por ‘subdesenvolvimento reverso’ (Mignolo e Walsh, 2018).

Como membro de uma minoria de acadêmicos afro-mestiços em gestão engajada em lutas decoloniais reumanizantes para toda/os em condições estruturais de (im)possibilidade (Muzanenhama e Chowdhury, 2021; Nkomo, 2020; Teixeira, 2021b) faço parte tanto de uma comunidade que internaliza essa colonização neoliberal de AD

e reproduz a contra-história/teoria latino-americanista de que desenvolvimento gera subdesenvolvimento (Frank, 1973; Ibarra-Colado, 2006; Misoczki, 2011) quanto de uma comunidade heterogênea de acadêmicos/praticantes de gestão/administração engajados com desenvolvimento no/a partir do Norte (Dar e Cooke, 2007; Gulrajani, 2010; Oliveira et al, 2015) e com brasileiros lutando por ‘uma nova AD’ (Santos et al., 2018) engajados com contestáveis (contra-)teorias/histórias anti-imperialistas, anti-colonialismo, anti-capitalismo e socialistas (Vijay, 2021; Prashad, 2014, 2012). Engajo e resisto a essas comunidades e suas (contra-)teorias por meio de uma perspectiva corpóreo-política de decolonização/recolonização em gestão/administração e desenvolvimento (Jammulamadaka et al., 2021; McEwan, 2019).

Essa ambivalência decolonial teórico-corpóreo/política recupera uma episteme/práxis mulata/mestiça de cumplicidade subversiva (Guimarães, 2021; Grosfoguel, 2005; Lugones, 2010) em e a partir de um estado colonial desigual/dependente/autoritário/racista governado pelos contestados mitos da democracia racial e da colonização benevolente (Moura, 2019; Nascimento, 2016) e múltiplas versões de desenvolvimentismo neoliberal-populista-extrativista-racista ignoradas pela gestão (Chagas et al., 2015; Saad-Filho e Moraes, 2019; Sampaio, 2019) negadas pela gestão e impulsionadas por forças ‘sustentáveis’ supostamente ‘ameaçadoras’ de desocidentalização e decolonização subordinadas ao binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento (Mignolo, 2011) mobilizadas por um Sul Global heterogêneo com pretensões imperiais/revanchistas (Prashad, 2014; Santos, 2018).

Inspirado por lutas/epistemes reumanizantes permanentes mobilizadas pelos condenados da terra no Sul e Norte investigo reflexivamente um projeto de aprendizagem-ação em AD informado pela práxis sulista de cumplicidade subversiva envolvendo escola de gestão (SCHOOL) e organização de desenvolvimento (DELTA) que vai além dos binarismos desenvolvimento-subdesenvolvimento, teoria-práxis e Norte/Sul dominante em educação (Arnone, 1980; Bacchus, 2010; Freire, 1970; Marable, 2015). Nesse projeto de educação/pesquisa-ação, em operação há dez anos, desafiamos a colonização do campo de AD pelo campo de gestão/organizações por meio da práxis de decolonização-recolonização (Jammulamadaka et al, 2021).

Engajando AD por meio de cumplicidade subversiva

Internalizo na vida acadêmica neoliberal esquecimentos desumanizadores fomentados por (contra-)histórias/teorias hegemônicas tais como as que informam a contestada ideia de que desenvolvimento gera (e é gerado por) subdesenvolvimento do ‘outro’ (Munck, 2021; Pieterse, 2012; Saldaña-Portillo, 2003). Internalizo teorias/histórias no Sul e Norte que desafiam/reafirmam o binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento em detrimento de epistemes fronteiriças e crescente população de vulneráveis mais escuros engajados com a práxis de cumplicidade subversiva (Anzaldúa, 2015; Lugones, 2010; Sandoval, 2000) recuperada pelas epistemologias do Sul negadas pela academia, cujas “práticas de luta não são polarizadas ou segmentadas por ... dicotomias tais como revolução/reforma ou ruptura/continuidade... [para nós/sulistas] rebelião insurgente é radical; ... a ideia de que radicalismo pressupõe um formato específico é um erro grave” (Santos, 2018: 224).

Passados que ajudamos a esquecer como (contra-)teóricos/historicistas nos lembram que a universidade neoliberal/neoimperial emergiu nos EUA para substituir/renovar a universidade eurocêntrica da Guerra Fria cujas teorias ajudavam a promover desenvolvimento e privilégios branqueadores para nortistas e subdesenvolvimento para ‘sulistas’ tanto no Norte quanto no Sul, especialmente para

populações negras ou mais escuras, durante os primeiros anos de uma era de descolonização e império crescentemente não-gerenciável para o centro e suas teorias/instituições (Chomsky et al., 1997; Marable, 2015). Esta universidade foi substancialmente desafiada nos 1950/60s por epistemes/movimentos sulistas sem precedentes no Sul e Norte engajados com lutas reumanizantes dos condenados da terra no Sul e Norte em uma era de descolonização e império (Alexander, 2015; Santos, 2018; Wynter, 2003) que impactaram/foram impactados o campo multifacetado de AD (Hirschmann, 1981). Tanto no Terceiro Mundo heterogêneo quanto no coração do império nortista essas epistemes/movimentos desafiaram binarismos desumanizadores tais como desenvolvimento-subdesenvolvimento, cumplicidade-subversão, reforma-revolução, teoria-prática, Norte-Sul inspiradas por lutas históricas por rehumanização para todos mobilizadas por condenados da terra (Santos, 2018; Wynter, 2003) que agora renascem, dentro e fora da academia, no contexto da dupla pandemia do COVID-19 e da supremacia branca (Stovall, 2020) por meio de múltiplas alternativas em torno do conceito multifacetado de desenvolvimento como desejos por melhorias e respectivas contradições (Li, 1997; McEwan, 2019; Munck, 2021; Ndlovu-Gatsheni, 2013; Pieterse, 2012; Willis, 2021). Aquelas epistemes foram apropriadas e transformadas pela universidade contra-revolucionária em contra-teorias/histórias sulistas que incorporam/revertem pretensões/essencialismos imperiais (Fanon, 1961). Esse amplo quadro (contra-)teórico informa no Sul e Norte tanto a contra-revolução neoliberal que promove a colonização do campo multifacetado de AD quanto a contestada permanência do binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento Norte-Sul em educação que internalizo (Arnone, 2008; McFarlane, 2006; Walsh, 2021).

Essas (contra-)teorias/histórias do Sul e Norte são incentivadas pelo regime de *apartheid* teórico protagonizado pela universidade contra-revolucionária nortista ‘ameaçada’ por corpos sulistas mais escuros (Lugones, 2003; Sandoval, 2000). Sei e esqueço que a universidade neoliberal que supostamente nos protege de essencialismos sulistas informados pelo binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento ‘revanchista’ é uma das instituições centrais da contra-revolução em um mundo neoliberal anti-preto e anti-desenvolvimento supostamente pós-racista e pós-desenvolvimentista/moderno comandado pela supremacia branca global a partir dos EUA (Allen, 2001).

Tornei-me acadêmico profissional em gestão no início dos anos 2000s após doutorado na Inglaterra em uma típica escola de negócios com 100% de acadêmicos brancos (Dar et al., 2020) quando esse império/*apartheid* da teorização era radicalizado em resposta ‘defensiva’ ao binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento mobilizado por sulistas como eu engajados com contra-histórias/teorias ‘revanchistas’ no Sul e Norte, especialmente em educação (Freire, 1970; Fanon, 1961). Como um dos raros candidatos afro-mestiços em uma universidade que fomentava uma política de inclusão/diversidade em busca de novos mercados do capitalismo acadêmico global que apropriava/continha movimentos/epistemes anti-racismo e anti-capitalismo (e.g., Freire, 1993) excluídos pelo currículo neoliberal em suas dimensões visível e invisível fui convertido em acadêmico neoliberal sulista não-essencialista de um campo de gestão anti-desenvolvimento que combate revanchismos não-brancos impulsionados por uma geo-grafia/política/episteme emergente do desenvolvimento impulsionada pela América Latina zapatista/revolucionária (Ibarra-Colado, 2006) e protagonizada pelo mundo Euro-Asiático liderado pela China em expansão global (Jackson, 2012). Como acadêmico profissional mulato de gestão internalizo esse projeto curricular nortista supostamente cosmopolita/pós-universalista (Lawrence, 2021) dedicado a superar ‘sulismos’ impulsionados pelo ‘desenvolvimento/estado/corpo escuro’ ameaçador subordinado ao binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento que internalizo.

Engajado com dissidentes no Brasil que lutam por uma ‘nova AD’ (Santos et al, 2018) no país do mito da democracia racial/colonização benevolente governado por contestados desenvolvimentismos-neoliberalismos desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso passei a pesquisar/educar, nessa ordem, durante o governo Lula com teorias críticas nortistas subalternizadas pelo projeto neoliberal que inclui e ‘defensivamente’ corrige (contra-)epistemologias/teorias sulistas ‘essencialistas’ por meio de teorias/pedagogias críticas *color-blind* crescentemente ‘progressivas’ e pós-modernas (Alvesson e Willmott, 1992) que combatem opressões/injustiças em educação via pedagogia crítica em escala global (Giroux, 2014) a partir da universidade neoliberal reocidentalizante cada vez mais ‘cosmopolita’ e auto-corrigível, também no campo da gestão no Norte e Sul (Contu, 2009; Paula e Rodrigues, 2006).

Internalizo esse projeto de educação reocidentalista em gestão/administração que coloniza AD com uma diversidade de teorias contra-revolucionárias que encorajam teorias/pedagogias anti-imperialismo/anti-racismo/decoloniais não-violentas subordinadas ao binarismo desenvolvimento-subdesenvolvimento ‘revanchista’. Em anos recentes com a radicalização da agenda anti-desenvolvimento pós-2007/8 e ‘inclusão’ de teorias decoloniais institucionalizadas pela academia nortista contra-revolucionária (Santos, 2018), tornei-me acadêmico mulato decolonial/crítico que (re)coloniza. Passei a educar com teorias decoloniais em companhia de teorias críticas/*mainstream* reformistas/radicais (Beyes et al., 2016; Ghoshal, 2004; Laasch et al., 2022) e crescente diversidade de teorias progressistas que advogam justiça social e ajudam a corrigir teorias sulistas (Contu, 2019; Fotaki e Prasad, 2015; Rhodes et al., 2018). Com a transformação do neoliberalismo em direita radical em um mundo crescentemente anti-preto a radicalização da colonialidade/modernidade em escala global (Quijano, 2007) via apropriação/contenção de AD por meio de acumulação-desposseção (Harvey, 2007) informa a emergência de campo teórico ‘cosmopolita’ em negócio/gestão & desenvolvimento (Lund et al., 2019) em paralelo à ofensiva desenvolvimentista anti-China pelos países do G7 sob comando da administração anti-pretos/asiáticos de Joe Biden (Zhao, 2021).

Sob a perspectiva nortista da pós-modernidade/pós-colonial/pós-racismo funciono como sujeito/objeto sulista privilegiado/oprimido em uma modernidade diversificada/inclusiva neoliberal que vai além de binarismos do ‘passado’ (Habermas, 1993). Enquanto essa modernidade é (contra-)teorizada no Sul como modernidade que de-desenvolve o racializado ‘outro’ (Quijano, 2007) essa meta-teoria nortista apropria-contém epistemes dos condenados da terra no Sul e Norte por meio da universidade contra-revolucionária branqueadora e teoriza essa modernidade como projeto inacabado, auto-corrigível e responsável por teorias/pedagogias ‘globais’ que vão além de binarismos/essencialismos do passado (Dussel, 2013) que internalizo em um contexto ameaçador/não-gerenciável no qual o binarismo desenvolvimento/subdesenvolvimento é recuperado por um Sul Global heterogêneo com pretensões/epistemes imperiais/essencialistas no Sul e Norte (Santos, 2018). Após o assassinato de George Floyd, como resposta a revolucionários ‘essencialistas’ do Sul e Norte tolerados pela academia inclusiva contra-revolucionária branqueadora (Nkomo, 2020, 2015) que empretecem a agenda decolonial latino-americana (Abdalla e Faria, 2017; Ibarra-Colado, 2006; Wanderley, 2015), esse padrão de correção atenua o subdesenvolvimento da maioria racializada/colonizada ao invés de aboli-lo com uma meta-perspectiva de sustentabilidade civilizatória/supremacista (Krauss et al., 2022). No pós-COVID 19 convivo com acadêmicos não-brancos engajados com teorias anti-racismo/decoloniais sob uma perspectiva reformista (Prieto et al., 2021) e com teorias sociais focadas em desigualdades econômicas sob uma perspectiva ‘cosmopolita’ e

reflexiva (Bapuji et al., 2020) que, em conjunto, reafirmam o padrão anti-desenvolvimento defensivo/corretivo. (Contra)-teorias que internalizo para sobreviver como acadêmico profissional não-branco sulista oprimem, mas não derrotam, a práxis de cumplicidade subversiva e respectivas epistemes transformacionais entranhadas em AD. É nesse contexto que mobilizei (e fui mobilizado por) a práxis decolonizante/recolonizante em educação nesses dez anos para desafiar a colonização de AD pelo campo de gestão que relembro a seguir.

Relembrando nosso método-como-práxis

Esse projeto emerge em um programa de mestrado em gestão no Norte e Sul liderado por escolas do Norte e engajado com a potencialmente ameaçadora/essencialista tradição de aprendizagem/pesquisa-ação (Gayá e Bradon-Miller, 2017) para resistir à neoliberalização da universidade e suas escolas de negócios sob uma perspectiva reformista-revolucionária (Gosling e Mintzberg, 2006; 2003). Nesse programa atuo como acadêmico sulista educado no Norte e engajado com alternativas nortistas tais como educação crítica em gestão (Contu, 2009) e aprendizagem-ação e aprendizagem-ação crítica (Reynolds e Vince, 2004; Vince, 2008), informalmente encorajado a adicionar pedagogia freiriana sob perspectiva nortista (Kidd e Kumar, 1981), e, mais recentemente, a decolonizar currículo a partir de SCHOOL. As lutas contra a colonização de AD sob uma perspectiva decolonizante-recolonizante iniciou a partir de interações ativistas com participantes/mestrandos de DELTA, organização pública de desenvolvimento que atua como organização privada. Ao longo de dez anos lidero um projeto coletivo com mais de 15 mestrandos de DELTA por meio de intervenções diretas e observação-participante em múltiplos contextos de práticas individuais e coletivas de aprendizagem/pesquisa com participantes/mestrandos de DELTA, gestores experientes dessa organização pública de desenvolvimento que atua como uma organização privada. Em particular, merece destaque o nexos fronteiro (NF), um espaço *in-between* (Collins, 1986) de pesquisa/aprendizagem-ação co-construído por mim e 15 participantes/mestrandos de DELTA por meio de cumplicidade subversiva em condições de (im)possibilidade no qual *cracks* e fissuras da modernidade/colonialidade são experienciadas e nutridas (Walsh, 2021) assim como a administração de desrespeitos, temores e retaliações que informam dinâmicas contra-revolucionárias de inação, cooptação e recolonização em aprendizagem-ação (Vince et al, 2018) em DELTA e SCHOOL, em particular, e na sociedade neoliberal branqueadora de forma mais ampla (Gayá e Brydon-Miller, 2017).

Pesquisas reflexivas permitem que pesquisadores profissionais/decoloniais de gestão como eu relembrem o esquecível e transformem experiências de ações-reflexões cotidianas em registros/arquivos textuais que desafiam silenciamentos/esquecimentos opressores (Lorde, 2007) e (contra)-histórias-teorias do imaginário colonial que internalizamos (Pérez, 1999). Mais importante, permite engajarmos os condenados da terra para compartilharmos experiências de cumplicidade subversiva reavivadas pela radicalização pandêmica do expansionismo re-ocidentalizante de um campo de gestão anti-desenvolvimento crescentemente desenvolvimentista que de-desenvolve a maioria em escala global e nos desumaniza radicalmente como acadêmicos/estudantes da universidade contra-revolucionária.

Nessa pesquisa, acadêmicos/praticantes subalternos/privilegiados praticam insurgência radical (Santos, 2018) em experiências subjetivas/intra-intersubjetivas concretas informadas pela práxis decolonização-recolonização (Jammulamadaka et al. 2021) e modos libertadores de consciência subalternizados, mas não derrotados

(Collins, 1986; Sandoval, 2000), pela universidade neoliberal contra-revolucionária e suas escolas de gestão que internalizamos. Ao longo de dez anos de práticas cotidianas em condições de (im)possibilidade transformacional em uma era neoliberal que nos desumaniza mais radicalmente (Wynter, 2003) recuperamos a práxis ‘impura’ de cumplicidade subversiva em educação que informa o método-como-práxis dessa investigação acadêmica (Freire, 1970; Lather, 1986).

Primeiro, co-construímos um espaço infra-estrutural fronteiro fora-dentro da SCHOOL e de DELTA constituído por espaços-tempos heterogêneos que viabilizam uma pedagogia ‘impura’ de reumanização coletiva (Alexander, 2015) a partir dos quais recuperamos-renovamos AD como campo multifacetado e opressor/oprimido (Dwivedi et al., 2007; Santos et al., 2018), mas não derrotado, pelo campo da gestão. Nesse projeto ‘imperfeito/impuro’ focado na recuperação/renovação de um campo igualmente ‘imperfeito’ o NF criou condições para eu reaprender/compartilhar práticas-teorias mobilizadas principalmente por mulheres/homens de cor sulistas, tanto no Sul quanto no Norte (Lugones, 2003; Sandoval, 2000) – sob diversas denominações igualmente negadas pelos campos masculinistas/branqueadores de gestão/administração e desenvolvimento, tais como cumplicidade subversiva (Grosfoguel, 2005), rebelião insurgente (Santos, 2018), sincretismo ‘estratégico’ (Nascimento, 2016), ou estratégia tática (Lugones, 2003). Por meio da consciência *mestiza* (Anzaldúa, 2015) ou consciência oposicional (Sandoval, 2000) promovemos a des-teorização cotidiana do método para transformá-lo em práxis (Freire, 1970). Pude então interrogar minha consciência predominantemente teórico-racional branqueadora/masculinista para me ‘des-cobrir’ como prático-teórico contraditório/impuro constituído por identidades fragmentadas de sujeito-objeto mulato que desde o século XVI continua sendo “‘um e outro”, o “mesmo e o diferente”, “nem um nem outro”, “ser e não ser”, “pertence e não pertence”” (Lopes, 2017: 156). Ao me descobrir como acadêmico de/colonizador que mobiliza simultaneamente teorias, métodos e privilégios branqueadores no Sul e Norte (Freire, 1970; Hooks, 2020; Woodson, 1933) e praxes que vão além dos binarismos teoria-prática, Sul-Norte, desenvolvimento-subdesenvolvimento, reforma-revolução, estratégia-tática, colonialidade-decolonialidade (Dussel, 2013; Maldonado-Torres, 2016; Vergés, 2019; Lugones, 2003) redescobrimos que educação/aprendizagem não é um campo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento, mas sim um campo prático constituído diariamente por dinâmicas simultâneas de emancipação-regulação (nortista) e colonização-libertação (sulista) que ocorrem dentro e fora da academia (Dussel, 2013) não obstante sua radical subalternização pelo império da pesquisa/teoria/publicações que internalizamos como acadêmicos/estudantes profissionais. Passei a me expressar mais regularmente como acadêmico mulato de/colonizador de gestão/AD em interações com mestrands/praticantes para que pudéssemos reproduzir/subverter o padrão dominante de violência em educação em busca de possibilidades transformacionais de libertação/re-humanização para todos(as). Não em poucas vezes fui interpretado na SCHOOL e em DELTA como comunista, racista, militante e outras denominações de inferioridade usualmente vividas por condenados da terra.

Segundo, reafirmamos/desafiamos teorizações nortistas inclusivas aparentemente transformacionais tais como *engaged scholarship* (Van de Ven, 2007) e aprendizagem/pesquisa-ação que incorporam dimensões contra-revolucionárias de desenvolvimento humanista/sustentável e ajudam a subdesenvolver a maioria em escala global, especialmente no Sul ameaçador. Ao desafiamos/reafirmamos denominações nortistas que apropriam/corrigem ‘essencialismos’ sulistas, esse projeto foi denominado de educação transformacional em gestão/AD (nessa ordem) via aprendizagem/pesquisa-ação que desafia o binarismo hierárquico academia-organizações/sociedade. Esse

conjunto de teorizações reformistas/revolucionárias são marginalmente mobilizadas pela universidade neoliberal contra-revolucionária e inclusiva que apropria-contém e corrige tradições ‘essencialistas’ tais como pesquisa-ação participativa (Shultz & Kajner, 2013) proposta na América Latina nos anos 1960s por acadêmicos e não-acadêmicos (afro-)mestiços engajados com a universidade popular e com o campo multifacetado de AD ‘from below’ (Fals-Borda, 1987) que, por sua vez, apropria-contém-corrige-esquece-silencia pedagogias ‘hiper-essencialistas’ negras ou afro-americanas no Sul e Norte das Américas mobilizadas por ‘sub-humanos’ condenados da terra (Fanon, 1968) em um mundo crescentemente diversificado/branqueador e anti-preto (Nkomo, 2020). Aprendi que a tradição libertadora da pesquisa-ação participativa impulsionada pelos 1950/60s reumanizantes (Wynter, 2003) que emergiu na América Latina nos 1960-70s (Fals-Borda, 1987) foi apropriada/corrigida pela universidade contra-revolucionária e redefinida sob perspectiva reformista/revolucionária como “pesquisa *com* pessoas ao invés de *sobre* pessoas” (Heron & Reason, 2001) [itálico no original]. Abraçamos dois critérios nortistas sob uma perspectiva de cumplicidade subversiva: (a) ensino e pesquisa engajados ocorrem “no contexto de ação e que por isso temos que estar nas organizações e engajar com os praticantes” (Huang, 2010: 93), (b) ensino e pesquisa em gestão, sendo engajada ou não, decolonial ou não, tanto transforma quanto reforça relações de poder em organizações, academia e sociedade (Reynolds e Vince, 2004).

Terceiro, como acadêmico mulato de uma escola do Sul indo além do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento passei a usar teorias e contra-teorias/histórias/métodos para desafiar-reafirmar estruturas branqueadoras extrativistas e contra-revolucionárias em gestão/administração e desenvolvimento tanto na SCHOOL quanto em DELTA, organizações branqueadoras/masculinistas no país do mito da democracia racial e colonização benevolente. Por meio uma perspectiva relacional, social e situacional de decolonização/recolonização marcada por contradições/ambivalências que vai além de binarismos/teorias essas dinâmicas de cumplicidade subversiva são então reflexivamente traduzidas aqui em experiências auto-etnográficas, para me investigar como sujeito-objeto ao invés de ‘sujeito’ ou ‘sub-humano’ decolonizador e para tornar esse projeto de pesquisa/educação-ação mais atrativo/transformativo/coletivo e, por conseguinte, menos sujeito a esquecimentos/*backlashes* que informam a radicalização de binarismos desumanizadores que internalizo. A perspectiva auto-etnográfica atenua a perspectiva de pesquisa decolonial informada teoricamente por métodos não-extrativistas que também reproduzem binarismos Norte-Sul e desenvolvimento-subdesenvolvimento. Dominada por acadêmicos nortistas, a auto-etnografia vem sendo crescentemente usada por acadêmicos oprimidos/excluídos/racializados no Norte que buscam fazer sentido de suas experiências como profissionais privilegiados/oprimidos vivendo o dia-a-dia de subordinação a estruturas de contra-revolucionárias e anti-desenvolvimento também vividas por gestores/administradores do ‘mundo lá fora’ no Sul e no Norte (Contu, 2019; King e Learmonth, 2015; Learmonth e Humphreys, 2012). O passado esquecido nos lembra que a auto-etnografia é um método sócio-político teorizável (Boyd, 2008) resultante de apropriações-contenções e correções contra-revolucionárias, protagonizadas pela universidade neoliberal, de epistemes/praxes sulistas ‘essencialistas’ mobilizadas por mulheres de cor dos anos 1970-80s, tais como biografias (Lorde, 2007; Nkomo, 2020; Teixeira, 2021b), que desafiam/reafirmam os binarismos *self-other* e teoria-prática (Spry, 2001). Ao desafiar/reafirmar o caráter colonialista/racialista da reflexividade liberal e da etnografia eurocêntrica (Denzin, 2003), o método viabiliza descrições-análises ‘civilizadas’ de experiências sensíveis de

outsiders-within na condição liminar de objeto-sujeito em sua ‘própria’ cultura racialista-opressora ao qual acadêmicos mais escuros virtualmente não pertencem. Como simultaneamente produto e processo (Ellis et al., 2011), auto-etnografia reflexiva/evocativa protagonizada por sulistas no Norte engajados com o padrão de cumplicidade subversiva recuperam possibilidades que vão além de binarismos desumanizadores (Diversi & Moreira, 2016) e reconectam a perspectiva de condenados da terra; correspondentemente, esse método me permitiu mobilizar o pensar-fazer fronteiriço baseado em dinâmicas decolonizantes-recolonizantes de reapropriação seletiva em dinâmicas de insurgência radical coletiva dentro e fora da SCHOOL (Santos, 2018) para co-construir cumplicidade subversiva, como lembrado a seguir.

Co-construindo cumplicidade subversiva no (e a partir do) NF

A partir do NF nossa comunidade heterogênea passou a praticar contestação e consenso, características saudáveis de aprendizagem-ação segundo teorias progressistas-reformistas de aprendizagem (Welsh e Dehler, 2004). Passamos incrementalmente a praticar conformidade-resistência e decolonização/recolonização cotidianas sob perspectiva de cumplicidade subversiva, que era então traduzida como ‘inovação’ ou ‘pró-ativismo’, enquanto o novo desenvolvimentismo neoliberal no Brasil começava a ser erodido pela ascensão da supremacia branca masculinista. Em 2015 chegamos então a um problema concreto coletivo de aprendizagem-ação (Revans, 1982), informado por forças ‘paradoxais’ segundo a teorização nortista reformista branqueadora (Smith e Lewis, 2011): por que DELTA tinha excelente desempenho econômico simultaneamente a uma crise de legitimidade e de identidade organizacional/gerencial sem precedentes? Esse quadro de colonização de AD se estendia a outras organizações públicas e não-governamentais que constituem sistemas nacionais de desenvolvimento (Marois e Pradella, 2015). Ao invés de engajar teoria decolonial, passei a circular literatura nortista sobre consequências negativas da NPM sobre a ‘virtuosa’ administração pública (e.g., Thomas e Davies, 2005) e sobre aprendizagem-ação crítica com diálogos superficiais com ideias freirianas (Vince et al., 2018).

A partir do NF passei a lembrar coletivamente o padrão virtuoso/longevo de AD como campo multifacetado que desafia a ideia a-histórica hegemônica de que a gestão de AD ocorre dentro da organização individual (Santos et al., 2018). Aprendemos então que resistências ao conhecimento gerencialista em DELTA eram silenciados/ofuscados por sucessivas dinâmicas de mudanças de cima para baixo introduzidas por consultoria profissional nortista e modelos de planejamento estratégico mobilizados pelo Governo Federal em contexto de alta performance do novo desenvolvimentismo neoliberalizante suportado por projeto nacional reformista/elitista de ‘educação revolucionária’ (Castelo, 2013). Dinâmicas similares também se manifestavam em DELTA.

Em seguida me encorajei então a defender o direito à re-existência de DA em DELTA e também em SCHOOL para questionarmos e reformarmos/transformarmos mudanças gerencialistas em DELTA impostas por contestadas políticas-discursos do novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006; Saad-Filho e Moraes, 2019). Passei a confessar meu sofrimento/culpa/opressão, como acadêmico colonizador/colonizado mulato, com as dinâmicas de colonização de AD, institucionalizada pelo sistema ‘global’/nortista de escolas ao qual eu e SCHOOL e outras escolas do programa do mestrado pertencem. Ao contar/lembrar histórias silenciadas/esquecidas sobre minha conversão em acadêmico profissional de gestão anti-desenvolvimento com patrocínio do estado brasileiro, encorajei a transformação de relatos/ações-reflexões dos mestrados/participantes em dinâmicas coletivas de mudança-continuidade ou

decolonização/recolonização marcadas por interesses comuns e contraditórios e dinâmicas de colaboração e conflito em torno de AD como campo multifacetado ‘nosso’ que coexiste com o campo da gestão em condições de assimetria e subalternização. Essas ações-reflexões práticas serviram para fazermos não apenas sentido de experiências cotidianas de conformidade-resistência vividos em DELTA e SCHOOL, traduzidas como obstáculos sociais/políticas/culturais para aprendizagem-ação segundo teorias nortistas, mas também para reapropriarmos questionamentos nortistas manifestados por teóricos de aprendizagem-ação crítica “sobre preconceitos implícitos no modo com que reflexões são conduzidas” (Reynolds e Vince, 2004, p. 4) como insuficientes por resultarem de apropriação ‘corretiva’ de aprendizagem-ação transformacional pela universidade neoliberal contra-revolucionária.

Des-cobrimos coletivamente que nossas interações sócio-políticas a partir de gestão permitem e restringem des/aprendizagens para reaprendermos AD e aprendizagem/pesquisa-ação como campos multifacetados que ocorrem dentro e fora de organizações-escolas privilegiadas. Passei a expressar em diferentes situações de risco que o ‘nosso’ NF é favorável e desfavorável para aprendizagem/desaprendizagem transformacional democrática e manutenção do *status quo*, de acordo com a teoria nortista de *action learning* em gestão que desafia binarismos ‘do passado’ (Vince et al., 2018). Encorajei reflexões ‘inovadoras/transformacionais’ sobre como o padrão de cumplicidade subversiva é capaz de criar condições para a superação coletiva da síndrome de *learning inaction* que segundo a literatura nortista de aprendizagem-ação é informada não pela matriz colonial contra-revolucionária e anti-desenvolvimento focada em ‘sulistas’ no Sul e Norte, mas por dinâmicas organizacionais político-emocionais (Vince, 2008) e teorias (ainda) essencialistas de reflexão emancipatória (Perriton e Reynolds, 2004). Com o agravamento da crise de legitimidade-identidade de DELTA contexto (inter)nacional a partir de 2016 a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, eleição de Donald Trump nos EUA, e correspondente radicalização do gerencialismo anti-desenvolvimento impulsionado por forças hiper-conservadoras e de extrema-direita em um mundo crescentemente anti-preto, alternativas de ação sócio-política informadas por teorias-práticas de mudança-continuidade que informam o padrão de cumplicidade subversiva passaram a ser coletivamente imaginadas, desejadas, concebidas e gradativamente tidas não como ‘barbarismos sulistas’, mas sim como “necessárias e possíveis” (Welsh e Dehler, 2004: 15) para transformações via ‘nossa AD’ engajada com a perspectiva dos condenados da terra específicas, revisitadas a seguir.

a) ‘Nossa’ AD: tecnicismo versus política

Primeiramente, tivemos que des-cobrir, investigar e propor a transformação do binarismo técnica/tecnicismo versus política que informa a identidade gerencialista dominante de DELTA e a colonização de AD pelo campo da gestão. Esse binarismo imposto pela teoria elitista/branqueadora de administração pública estadunidense nos 1940s (Martins, 1997) institucionalizou o de-desenvolvimento de pessoas de cor, em especial negras, no contexto do Jim Crow (Marable, 2015; Woodson, 1933) e foi reproduzido/desafiado pelo campo multifacetado de AD em contextos sulistas (Thomas, 1990) a partir de (contra-)teorias/histórias de desenvolvimento-subdesenvolvimento (Frank, 1973; Hirschmann, 1981) para então ser rearticulado pela teoria neoliberal neo-racista do *New Public Management* (NPM) sob uma perspectiva economicista/individualista em organizações (Hood, 1991) e universidades no Sul e Norte (Mandiola e Ascorra, 2013). Esta virada contra-revolucionária comandada por um

campo anti-desenvolvimento de gestão crescentemente desenvolvimentista que subdesenvolve a maioria no Norte e Sul informa reformas gerencialistas e resistências silenciadas em DELTA a partir dos 1990s que radicalizam a colonização de AD pela gestão via administração pública gerencialista em expansão global (Paula, 2005).

Para superar o silêncio em torno desse binarismo opressor passei a me representar como mulato oprimido/opressor que obedece/desobedece a esse epistemicídio dentro e fora da academia por meio de aprendizagem-ação informada por cumplicidade subversiva coletiva. Ao desafiar meus privilégios e conhecimentos ‘tecnicistas’ em aprendizagem-ação transformei práticas de orientação individual que reafirmam minha superioridade e da academia sobre organizações em práticas comunitárias no NF, onde contradições e ambivalências eram encorajadas por dinâmicas de consenso-contestação com foco em des-teorização e ação coletiva. Para recuperarmos AD como campo prático ‘nosso’, multifacetado e subalternizado pela gestão/academia/organização aprendemos a encorajar des/aprendizagem transformacional via ‘política’ que tanto DELTA quanto SCHOOL ‘tecnicistas’ restringiam. A superação do binarismo política-técnica em DELTA foi encorajada a partir dos fundamentos nortistas de aprendizagem-ação nortista por meio de mobilização de teorias *mainstream*-críticas de aprendizagem-ação para recuperar o imaginário decolonial via radicalidade. O nosso principal artefato ‘decolonial’ de aprendizagem-ação radical (Revans, 1982) foi o uso obediente-desobediente do *framework* neoliberalizante de mudança-continuidade proposto por Andrew Pettigrew que privilegia política sobre tecnicismo em mudanças estratégicas por meio de uma teoria processual em estratégia que desafia a colonização estadunidense em gestão/estratégia no Reino Unido via liderança/gerencialismo ‘tecnicista’. Compartilhei com mestrandos-participantes minhas experiências de cumplicidade subversiva para encorajamento coletivo. Usei esse trabalho para propósitos decolonizantes-recolonizantes durante meu doutoramento na Inglaterra quando não existia literatura pós-colonial ou decolonial na área. Este artigo foi publicado quanto a Inglaterra impunha o thatcherismo gerencialista contra-revolucionário em organizações públicas e universidades por meio de um padrão de dominação hegemônica baseado na teoria elitista de liderança transformacional que desafia teorias estadunidenses em liderança ao transformar política de dominação em técnica gerencialista mobilizada pela supremacia branca anglo-européia (Pettigrew, 1987) por meio de dinâmicas contra-revolucionárias de negação e apropriação-contenção do multifacetado e crescentemente ‘ameaçador’ campo de AD (Thomas, 2007).

Como sou acadêmico mulato privilegiado enfrentando deslegitimação estrutural, dentro de SCHOOL e DELTA, para intervir nos campos branqueadores de gestão/administração e desenvolvimento (Dar et al., 2020) essa mobilização foi possível porque contei com o interesse genuíno e a solidariedade afetiva de um dos praticantes/mestrandos de DELTA, na época liderando a área de RH, avesso a críticas decoloniais ao mito da democracia racial. Com suporte de um doutorando desenvolvimentista ‘sulista’ da SCHOOL, subvertemos a partir do NF. Reapropriamos a teoria que explicava o sucesso de organizações anti-estado gerencializadas bem lideradas na Inglaterra para entendermos o relativo fracasso da DELTA gerencializada no Brasil (Pettigrew, 1987). Engajados com a perspectiva de condenados da terra mobilizada por uma organização não-governamental engajada com condenados da terra com quem engajamos para ampliarmos o NF e reaprendermos a praticar insurgências ‘políticas’ *from below*, reapropriamos a aprendizagem-ação/engaged scholarship para promovermos transformações sistêmico-organizacionais/desenvolvimentistas ao invés de transformações gerencialistas-individualistas em DELTA e SCHOOL ‘tecnicistas’.

Des-cobrimos que com a institucionalização do contestado novo desenvolvimentismo neoliberal no Brasil a partir das administrações de Lula da Silva (Bresser-Pereira, 2006) o padrão gerencialista anti-desenvolvimento/estado/política foi normalizado em DELTA e outras organizações do sistema nacional por meio da legitimação da liderança transformacional e um sistema ‘tecnicista’ de educação e planejamento estratégico para o novo desenvolvimentismo (Castelo, 2013) que promovia o esquecimento coletivo de traços histórico-sulistas de AD como campo multifacetado dentro e fora de uma DELTA despolitizada cada vez mais centralizadora internamente e de capitais nacionais, e subordinada diretamente ao Governo Federal. A organização começou a enfrentar forças extremas de des-identificação nos quais administradores do desenvolvimento/públicos, ameaçados por uma onda de criminalização iniciada em 2015, se identificavam como tecnicistas ‘gerencializados’ que cumprem ordens desenvolvimentistas vindas de um Estado impessoal e abstrato. A aliança com esse participante/mestrando se deu a partir do reconhecimento mútuo de que em nossas diferenças compartilhávamos o interesse prático/reumanizante de promover um contexto transformacional de (des)aprendizagem que ajudasse a superar o binarismo política-técnica para que gestores individualizados se libertassem e agissem coletivamente como administradores de AD via cumplicidade subversiva capazes de evitar retaliações e recuperar legitimamente o engajamento histórico com condenados da terra e respectivas contradições/alternativas em torno de ‘desenvolvimento’.

Em DELTA e SCHOOL legitimamos AD como práxis e mudança-continuidade em coexistência assimétrica com gestão como teoria e mudança para legitimarmos a ação cotidiana baseada em técnica-política em substituição ao binarismo gerencialista técnica versus política e encorajarmos reflexões sulistas de aprendizagem-ação coletiva focadas na relevância prática de recuperação coletiva da cumplicidade subversiva como constituinte central do campo multifacetado de AD.

Por meio de uma práxis decolonizante-recolonizante em condições de (im)possibilidade o binômio mudança-continuidade vindo do Norte foi apropriada como ‘linguagem gerencialista/técnica’ mobilizada por líderes transformacionais em organizações na Anglo-Europa que nos ajuda a atenuar o padrão anti-desenvolvimento contra-revolucionário radical dominante nos EUA e as retaliações organizacionais a dinâmicas cotidianas aprendizagem-ação sulista que abraça resistência-obediência. Em conjunto, fomentamos ao longo de anos seguidos a recuperação/renovação coletiva de AD como práxis sob uma perspectiva de cumplicidade subversiva que ajudou a despertar consciências alternativas.

Passamos então a chamar a atenção dos membros da nossa comunidade epistêmica para reflexões individuais expressas em *papers* sob minha orientação acadêmica que expressavam a reaprendizagem de AD como práxis manifestada também por acadêmicos no Brasil (Santos et al., 2018; Wasserman, 2017) e no exterior (Evans, 2017). Por sua vez, encorajei nosso silenciamento tático das dimensões coloniais/sexistas/raciais estruturais vividas em DELTA-SCHOOL visto que se fossem manifestadas publicamente em um país da democracia racial poderiam promover ‘rupturas, retaliações e perdas sensíveis’ segundo a literatura reformista/progressista (Raelin, 2001). Passamos a expressar preocupações transformacionais com desigualdade e injustiça estruturais no ‘mundo lá fora’ relacionadas ao padrão de desenvolvimento do de-subdesenvolvimento vivido por condenados da terra e necessidade correspondente de emancipação político-prática, não de libertação decolonial prática, de superiores e subordinados em DELTA e SCHOOL, de acordo com a teoria de aprendizagem-ação (Reynolds, 1998).

A superação coletiva do binarismo técnica-política em DELTA por meio de cumplicidade subversiva como dimensão da práxis de decolonização-recolonização avançou paulatinamente com nosso engajamento insurgente com as teorias de aprendizagem-ação crítica (Reynolds e Vince, 2004) resultantes de dinâmicas contra-revolucionárias/coloniais de apropriação-contenção que impulsionou o engajamento do nexo DELTA-SCHOOL com desafios similares enfrentados cotidianamente em condições muito mais adversas também por comunidades periféricas e outras organizações do sistema de desenvolvimento que passaram a atuar como aliados “*from below*” em programas de educação/aprendizagem-ação em SCHOOL e em DELTA.

Aos poucos conseguimos promover reflexões coletivas que apontavam que a aprendizagem político-tecnicista com vasta e heterogênea literatura de aprendizagem/pesquisa-ação não pode ser tratada como fenômeno meramente cognitivo-individual, mas como processos coletivos e sócio-políticos de resistência-conformidade em contextos organizacionais e correspondentes materialidades em dinâmicas cotidianas de mudança-continuidade (Fenwick, 2003). Recuperamos-renovamos a vertente sócio-emocional-histórica de do multifacetado campo de AD, ao abraçarmos subversivamente o conhecimento gerencialista individual-racional-ahistórico. A face técnica-despolitizadora do conhecimento gerencialista foi reapropriada para recuperar-renovar a face práxico-política de AD em coexistência com o campo da gestão. Essa face que estava silenciada, esquecida e latente permitiu a recuperação de um padrão coletivo de liderança filosófico-intelectual em AD engajada com a prática – i.e., uma padrão de cumplicidade subversiva apropriado-contido de *leadership-as-practice* segundo teorias nortistas (Raelin, 2011). Este padrão recupera uma dimensão solidária vertical-horizontal de tolerância a contradições e ambivalências (Sandoval, 2000) que segundo teorias nortistas constitui latitude relacional da liderança (Cunliffe e Eriksen, 2011). Construimos condições para recuperação legítima de política-técnica via cumplicidade subversiva por meio de práticas que segundo a literatura nortista ajudam a promover a superação coletiva de ansiedades e paradoxos de ordem político-emocional vividas por gestores em aprendizagem-ação que tentam desafiar rotinas organizacionais cristalizadas (Vince et al., 2008; Vince, 2012).

Esse quadro de insurgência radical que vai além do binarismo política-técnica nos ajudou a superar os binarismos desenvolvimento-subdesenvolvimento, Norte-Sul e teoria-prática que o NF desafia e reproduz. Ou seja, a dicotomização hierárquica baseada na representação dominante de “gestores com problemas e professores com soluções ... [i.e.] gestores com experiência e educadores com as ferramentas conceituais para ajudar a fazer sentido daquela experiência” (Reynolds e Vince, 2004: 450) foi superada por meio de conciliações ‘tático-estratégicas’ (Sandoval, 2000) suportadas pelo reconhecimento de que a academia é constituinte de problemas de AD vividos e silenciados no dia-a-dia por acadêmicos e praticantes privilegiados. Evitamos taticamente o engajamento ‘revanchista’ com questões coloniais/patriarcais profundas e abraçamos a teoria crítica reformista/progressista que descreve organizações e gestão como sistemas “opressivos, exclusivos que contrariam objetivos amplos de justiça, comunidade, sustentabilidade e desenvolvimento humano” (Alvesson e Willmott, 1992).

Não como sulistas revanchistas, mas como genuínos “*comrades in adversity*” (Revans, 1982) interagindo com “*adversaries with commonality*” e “*accomplices in compliance*” (Vince, 2012) e com relações de poder informadas por “defesas individuais e sociais contrárias a emoções tais como ansiedade, vergonha e inveja” (Vince et al., 2018: 88), reapropriamos teorias de aprendizagem-ação para promoção de um padrão práxico de liderança colaborativa insurgente em AD, que continua sendo debelada e

construída cotidianamente por meio da “disposição de desafiarmos nossas visões de mundo preconcebidas em favor de um bem comum” (Raelin, 2006: 161).

b) ‘Nossa’ AD: Liderança versus auto-organização

Um segundo contexto transformacional para desafiar a colonização de AD foi a superação do ‘paradoxo’ gerencialista liderança versus auto-organização segundo literatura nortista (Raelin, 2011; Hood, 1991). Por meio de perspectiva histórica fornecida pela literatura silenciada de AD (Thomas, 1990; Hirschman, 1968; Willis, 2021) passei então a promover e encorajar reuniões do tipo *workshop* para resolver a situação de vulnerabilidade crescente de DELTA com base em textos acadêmicos críticos que descrevem AD (sob uma perspectiva nortista de desenvolvimento internacional também baseada em dinâmicas históricas de apropriação-contenção) como campo de práticas e teorias liderado pelos EUA para ex/neo-colônias do Terceiro Mundo racialmente classificadas como subdesenvolvidas em uma era de decolonização e império (Dar e Cooke, 2007). Relembramos coletivamente que o campo vem sendo reproduzido-contestado por ‘sulistas’, No Sul e Norte, por meio de múltiplas dinâmicas de mudança-continuidade baseadas na capacidade de gestão/administração auto-organizada informada pelo binômio conformidade-insurgência (Cooke, 2003; Thomas, 1990; Dwivedi e Nef, 1982).

A partir de dinâmicas coletivas de aprendizagem/pesquisa-ação via cumplicidade subversiva des-cobrimos que desde sua fundação, com diferentes níveis de efetividade segundo a limitada e contestável historiografia disponível sobre a organização, DELTA reproduz-desafia a colonização de AD por meio de hibridismos e modos de consciência e auto-organização práticos silenciados e oprimidos, mas não derrotados. Com o suporte acadêmico de (contra-)teorias da dependência encorajei a recuperação da práxis de (des)aprendizagem em AD ao introduzir a literatura nortista que critica a obsessão do gerencialismo nortista com liderança (Calás e Smircich, 1991) como recurso para silenciar os termos ‘dominação’ e ‘dependência’ que são constituintes centrais em AD em suas diversas versões. Por meio de interrogações práticas auto-organizadas transformamos nossa compreensão de dinâmicas de mudança-continuidade mal administradas por DELTA ao desafiarmos com des/reaprendizagem o silenciamento/esquecimento que internalizamos em DELTA e SCHOOL de vasto estoque de conhecimento tácito advindo de décadas de aprendizagem/pesquisa-ação transformacional e desprendimento/mestizaje epistêmico (Mignolo e Walsh, 2018) para que liderança gerencialista coexista com auto-organização desenvolvimentista em condições dinâmicas assimétricas de colisão, cooptação e coalescência.

Des-cobrimos coletivamente que DELTA e SCHOOL, assim como outras organizações híbridas de sistemas de desenvolvimento que praticam-teorizam e esquecem/silenciam/relembam o padrão de cumplicidade subversiva, detêm cada vez menos conhecimento explícito e memória organizacional em AD, ou “lembrando organizacional” (Feldman e Feldman, 2006), devido à institucionalização do combate liderança necessária/civilizacional/branqueadora versus desordem bárbara/revanchista pelo gerencialismo neoliberal anti-desenvolvimento contra-revolucionário que continua promovendo dinâmicas hegemônicas de negação, silenciamento e apropriação e contenção de teorias-práticas de AD rearticuladas pelo Sul Global e sendo cotidianamente desafiado por rememorações insurgentes.

Nesses workshops focados em transformações pela sobrevivência de DELTA ‘des-cobrimos’ que teorias-práticas baseadas no argumento de que organizações de desenvolvimento são também (Furtado, 1964), ao invés de somente, geradoras de

subdesenvolvimento (Frank, 1973), foram virtualmente esquecidas ou marginalizadas em DELTA e SCHOOL e em outras organizações que constituem sistemas de desenvolvimento; com suporte do sistema dominante de educação, que vai muito além de instituições acadêmicas tais como Escola, esse coletivo orgânico-sistêmico-histórico vem sendo submetido a processos radicais de desmemorização e des-identificação mobilizados pelos identificadores nortistas do gerencialismo anti-desenvolvimento que exterminam epistemicamente o subalternizado – i.e., ‘organização pública’, ‘empresa privada’, e ‘organização não-governamental’.

Em respostas a práticas de insurgência radical (Santos, 2018) alguns praticantes/mestrandos mais experientes recordaram e mobilizaram (e continuam fazendo) reflexões práxicas (Mignolo e Walsh, 2018), ainda que discretamente e parcialmente de forma pública devido à radicalização das dinâmicas coloniais vividas por subalternos (Lorde, 2007), traduzidas como ‘organizacionais’ no Norte, que restringem e permitem des/aprendizagem (Raelin, 2001). Para conciliar liderança com auto-organização por meio de cumplicidade subversiva passamos a usar essas teorias-práticas em situações específicas de aprendizagem-ação marcadas por aquilo que a literatura nortista chama de (a) elevada pressão político-emocional (Vince, 2002), (b) manifestações individuais e grupais de ansiedade e desconforto nos níveis mais elevados da administração (Reynolds, 1998). O padrão de cumplicidade subversiva foi exitosamente expandido quanto des-cobrimos que experiências de satisfação e des-alienação (ou libertação) intelectual e identitária eram manifestadas mais frequentemente por nossos aliados ‘*from below*’ e também por ocupantes dos níveis mais baixos da administração e por administradores engajados com, e educados por, teorias sulistas que sobrevivem no Sul Global (Nkomo, 2015). Enquanto continua essa jornada de lutas pela recuperação de AD que você leitor também tem vivido direta ou indiretamente em décadas ou anos recentes, finalizo esse trabalho acadêmico a seguir.

Considerações conclusivas

Esse trabalho engajado com a perspectiva dos condenados da terra que renascem da pandemia dupla foi escrito porque compartilho o entendimento de que devemos lembrar/investigar nossas práticas sulistas em condições de (im)possibilidade que desafiam a violenta colonização do campo multifacetado de AD por meio da práxis de decolonização-recolonização ‘impura’ para a promoção de rehumanização de todos(as) em um mundo cada vez mais anti-preto no Sul e Norte. Enquanto nessa era de descolonização e império o Norte Global crescentemente inclusivo-imperial e transnacional apropriou em torno de US\$ 62 trilhões do Sul Global entre 1960 e 2018 (Hickel et al, 2021), tanto o Norte quanto o Sul Global tornam-se crescentemente desiguais, heterogêneos e autoritários (Prashad, 2014, 2012).

A violência que internalizamos como acadêmicos burgueses profissionais é silenciada e protagonizada pelo campo da gestão comandado pela universidade contra-revolucionária neoliberal e suas escolas de negócios branqueadoras supostamente ameaças por revanchistas sulistas e uma nova geo-grafia/política do desenvolvimento liderada pela China. Essa academia re-ocidentalizante agora lidera projetos de decolonização que não decolonizam (Grange et al., 2020) por meio da radicalização de dinâmicas Norte-Sul de negação e apropriação-contenção que internalizamos. Essa investigação engaja colegas críticos/progressistas em um norte Global cada vez mais desigual, heterogêneo e autoritário e acadêmicos e praticantes no Brasil do mito da democracia racial e da colonização benevolente que internalizamos que lutam por ‘uma nova AD’ por meio da recuperação legitimizadora de dinâmicas de cumplicidade

subversiva que vão além dos binarismos Norte-Sul, teoria-prática, reforma-revolução, ensino-pesquisa, desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Espero que essa investigação reflexivo-transformacional seja relevante para acadêmicos e praticantes privilegiados-oprimidos continuarem lutando em suas diferenças contra essa ordem gerencialista anti-desenvolvimento que internalizamos, desafiamos e esquecemos/silenciamos no Sul e no Norte. Em uma era ou século do desenvolvimento, o virtual extermínio/silenciamento/esquecimento de nossas lutas coletivas cotidianas em torno de DA dentro-fora do campo da educação em gestão não apenas aprofunda a matriz de colonialidade em escala global e a radicalização do binarismo Norte-Sul, reforma-revolução e teoria-prática (Mignolo e Walsh, 2018), mas também amplifica impactos epistêmicos/políticos/econômicos desumanizadores nas organizações e escolas do Sul Global e nas vidas da maioria e do planeta sob crescente risco. Essas dinâmicas práticas silenciadas, que vão além de teorias/projetos ‘revolucionários’ ou ‘reformistas’ por meio de coexistência com apropriações nortistas reformistas ou reformistas-revolucionárias tais como *action learning*, *engaged scholarship*, *critical action learning*, *autoethnography* e *critical management* em desenvolvimento e AD, permite ao menos atenuarmos esse quadro de desumanização no Sul e Norte por meio da expansão transformacional de capacitações humanas/reumanizadoras dentro e ao redor do nexos academia-organização – tida por teóricos do Norte como mais importante constituinte de desenvolvimentismos democráticos de Estado (Evans, 2009).

Ao ajudar a recuperar o campo multifacetado de AD como ‘nossa AD’ sob uma perspectiva sulista tolerante a contradições e ambivalências engajo o trabalho cotidiano de vidas sulistas no Norte e no Sul que desafiam binarismos desumanizadores mobilizados pela contra-revolução neoliberal branqueadora no Norte e no Sul em um mundo crescentemente anti-preto. Promovemos essa recuperação, para todos(as), da face multifacetada do desenvolvimento e de AD que é negada, apropriada-contida, e apagada/silenciada por disputas teóricas inter-imperiais re-ocidentalizantes contrárias à vida da maioria e do planeta. Nesse contexto complexo no qual “os novos países em processo de industrialização no Sul global tornaram-se motores da economia mundial; a agência de desenvolvimento muda das instituições metropolitanas para os países em desenvolvimento; e o pêndulo oscila das forças irrestritas do mercado para a crescente coordenação do estado. Em uma era de crescente pluralismo em desenvolvimento (Pieterse, 2012: 368), espero que esse trabalho acadêmico ‘impuro/imperfeito/incompleto’ por uma nova/recuperada AD para todos/as edificado em condições de (im)possibilidade ajude a reumanizar o campo de gestão que ainda de-desenvolve a maioria em busca crescente pela recuperação/renovação de praxes sulistas insurgentes de reumanização no Sul e no Norte.

Referências

- Abdalla, M., & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos Ebape. br*, 15, 914-929.
- Allen, R. (2001). The globalization of white supremacy: Toward a critical discourse on the racialization of the world. *Educational Theory*, 51(4), 467-481.
- Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). On the idea of emancipation in management and organization studies. *Academy of Management Review*, 17(3), 432-464.
- Andrews, K. (1921). *The New Age of Empire: How Racism & Colonialism Still Rule the World*. New York: Bold Type.
- Arnone, R. F. (1980). Comparative education and world-systems analysis. *Comparative Education Review*, 24(1), 48-62.

- Atkinson, A. (2015). *Inequality*. Boston: Harvard University.
- Bacchus, M. K. (2010). *Education for development or underdevelopment?: Guyana's educational system and its implications for the third world*. Wilfrid Laurier University.
- Bapuji, H., Patel, C., Ertug, G., & Allen, D. (2020). Corona crisis and inequality: Why management research needs a societal turn. *Journal of Management*, 46(7), 1205-1222.
- Beyes, T., Parker, M., & Steyaert, C. (2016). Introduction: why does management education need reinventing?. In: *The Routledge cCompanion to rReinventing mManagement Eeducation* (pp. 17-36). London: Routledge.
- Boyd, D. (2008). Autoethnography as a tool for transformative learning about white privilege. *Journal of Transformative Education*, 6(3), 212-225.
- Calás, M. B., & Smircich, L. (1991). Voicing seduction to silence leadership. *Organization Studies*, 12(4), 567-601.
- Castelo, R. (2013). O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 11(31).
- Chagas, P., Carvalho, C., & Marquesan, F. (2015). Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. *Organizações & Sociedade*, 22, 269-290.
- Chomsky, N., Barsamian, D., & Zinn, H. (1997). *The cold war & the university*. New York: New Press.
- Collins, P. H. (1986). Learning from the outsider within: The sociological significance of Black feminist thought. *Social problems*, 33(6), s14-s32.
- Contu, A. (2009). Critical management education. In *The Oxford handbook of critical management studies*.
- Contu, A. (2019). Answering the crisis with intellectual activism: Making a difference as business schools scholars. *Human Relations*, 73(5), 737-757.
- Cooke, B., & Faria, A. (2013). Desenvolvimento, administração e imperialismo do Atlântico Norte: para Eduardo Ibarra Colado. *Cadernos EBAPE. BR*, 11(2), I-XV.
- Costa, F. (2008). Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42(5), 829-874.
- Cunliffe, A. L., & Eriksen, M. (2011). Relational leadership. *Human relations*, 64(11), 1425-1449.
- Dar, S., Liu, H., Martinez Dy, A., & Brewis, D. N. (2020). The business school is racist: Act up!. *Organization*, 1350508420928521.
- Denzin, N. (2003). Performing [auto] ethnography politically. *The Review of Education, Pedagogy & Cultural Studies*, 25(3), 257-278.
- Diversi, M., & Moreira, C. (2016). *Between talk: Decolonizing knowledge production, pedagogy, and praxis*. Routledge.
- Dussel, E. (2013). *Ethics of Liberation*. Durham: Duke University Press.
- Dwivedi, O. (1994). *Development administration: From underdevelopment to sustainable development*. Springer.
- Dwivedi, O., & Nef, J. (1982). Crises and continuities in development theory and administration: first and third world perspectives. *Public Administration and Development*, 2(1), 59-77.
- Dwivedi, O., Khator, R., & Nef, J. (2007). *Managing development in a global context*. Springer.
- Escobar, A. (1988). Power and visibility: Development and the invention and management of the Third World. *Cultural Anthropology*, 3(4), 428-443.

- Evans, P. (2017). The Relevance of Dependent Development Then and Now. *Dialogues on Development*, 1, 27-33.
- Evans, P. B. (2009). Constructing the 21st-century developmental state-potentialities and pitfalls. *New Agenda: South African Journal of Social and Economic Policy*, 36, 6-13.
- Fals-Borda, O. (1987). The application of participatory action-research in Latin America. *International sociology*, 2(4), 329-347.
- Fanon, F. (1961). *Os condenados da Terra*. [1968]. RJ: Civilização Brasileira.
- Farazmand, A. (2012). The future of public administration: Challenges and opportunities – A critical perspective. *Administration & Society*, 44(4), 487-517.
- Feldman, R., & Feldman, S. (2006). What links the chain: An essay on organizational remembering as practice. *Organization*, 13(6), 861-887.
- Fenwick, T. (2003). Emancipatory potential of action learning: A critical analysis. *Journal of Organizational Change Management*, 16(6), 619-632.
- Frank, A. G. (1973). The development of underdevelopment. *Monthly Review*, 60.
- Freire, P. (1970) *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Furtado, C. (1964). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. University of California Press.
- Gabriele, A., & Jabbour, E. (2022). *Socialist Economic Development in the 21st Century: A Century After the Bolshevik Revolution*. Routledge.
- Gayá, P., & Brydon-Miller, M. (2017). Carpe the academy: Dismantling higher education and prefiguring critical utopias through action research. *Futures*, 94, 34-44.
- Ghoshal, S. (2005). Bad management theories are destroying good management practices. *Academy of Management Learning & Education*, 4(1): 75-91.
- Gibson, N. (Ed) (2021). *Fanon Today: Reason and Revolt of the Wretched of the Earth*. Daraja Press.
- Giroux, H. A. (2014). *Neoliberalism's war on higher education*. Haymarket Books.
- Gosling, J., & Mintzberg, H. (2003). The five minds of a manager. *Harvard business review*, 81(11), 54-63.
- Gosling, J., & Mintzberg, H. (2006). Management education as if both matter. *Management Learning*, 37(4), 419-428.
- Grange, L., Du Preez, P., Ramathan, L., & Blignaut, S. (2020). Decolonising the university curriculum or decolonial-washing? A multiple case study. *Journal of Education (University of KwaZulu-Natal)*, (80), 25-48.
- Grey, C. (2004). Reinventing business schools: The contribution of critical management education. *Academy of Management Learning & Education*, 3(2), 178-186.
- Grosfoguel, R. (2005). Hybridity and mestizaje: Sincretism or subversive complicity? Subalternity from the Perspective of the Coloniality of Power. In Isfahani-Hammond, A. (Ed). *The Masters and the Slaves* (pp. 115-129). New York: Palgrave Macmillan.
- Guimarães, A. (2021) *Modernidades negras*. São Paulo: Editora 34.
- Gulrajani, N. (2010). New vistas for development management: examining radical-reformist possibilities and potential. *Public Administration and Development: The International Journal of Management Research and Practice*, 30(2), 136-148.
- Habermas, J. (1993). Modernity – an incomplete project. In: Foster, H. (1983). *The anti-aesthetic: Essays on postmodern culture*. Washington: Bay Press. p. 98-109.
- Hart, G. (2001). Development critiques in the 1990s: culs de sac and promising paths. *Progress in Human Geography*, 25(4), 649-658.
- Harvey, D. (2007). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.

- Hickel, J., Sullivan, D., & Zoomkawala, H. (2021). Plunder in the post-colonial era: quantifying drain from the global south through unequal exchange, 1960–2018. *New Political Economy*, 26(6), 1030-1047.
- Hirschmann, D. (1981). Development or underdevelopment administration? A further 'deadlock'. *Development and change*, 12(3), 459-479.
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons?. *Public Administration*, 69(1), 3-19.
- Hooks, B. (2020). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*.
- Huang, H. B. (2010). What is good action research. *Action research*, 8(1), 93-109.
- Jackson, T. (2012). Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating South-South relations. *Organization*, 19(2), 181-204.
- Jammulamadaka, N., Faria, A., Jack, G., & Ruggunan, S. (2021). Decolonising management and organisational knowledge (MOK): Praxistical theorising for potential worlds. *Organization*, 28(5), 717-740.
- Kidd, R., & Kumar, K. (1981). Co-opting Freire: a critical analysis of pseudo-Freirean adult education. *Economic and Political Weekly*, 27-36.
- Krauss, J., Jiménez Cisneros, A., & Requena-i-Mora, M. (2022). Mapping Sustainable Development Goals 8, 9, 12, 13 and 15 through a decolonial lens: falling short of 'transforming our world'. *Sustainability Science*, 1-18.
- Laasch, O., Ryazanova, O., & Wright, A. L. (2022). Lingerin COVID and Loomin Grand Crises: Envisionin Business Schools' Business Model Transformations. *Academy of Management Learning & Education*, 21(1), 1-6.
- Lather, P. (1986). Research as praxis. *Harvard Educational Review*, 56(3), 257-278.
- Lawrence, L. J. (2021). *Refiguring Universities in an Age of Neoliberalism: Creating Compassionate Campuses*. Springer Nature.
- Learmonth, M., & Humphreys, M. (2012). Autoethnography and academic identity: Glimpsin business school doppelgängers. *Organization*, 19(1), 99-117.
- Lorde, A. (2007). *Sister Outsider*. Berkeley: Crossing Press.
- Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/peregrinajes: Theorizin coalition against multiple oppressions*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Lund-Thomsen, P., Hansen, M., & Lindgreen, A. (Eds.). (2019). *Business and development studies: Issues and perspectives*. Routledge.
- Mahbubani, K. (2022). *The Asian 21st Century* (pp. 175-177). Springer, Singapore.
- Marable, M. (2015). *How Capitalism Underdeveloped Black America*. Chicago: Haymarket Books.
- Martins, H. (1997). Burocracia e a revolução gerencial—a persistência da dicotomia entre política e administração. *Revista do Serviço Público*, 48(1), 42-78.
- McEwan, C. (2018). *Postcolonialism, decoloniality and development*. London: Routledge.
- McLaren, P. G. (2011). James Burnham, The Managerial Revolution, and the development of management theory in post-war America. *Management & Organizational History*, 6(4), 411-423.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of Western modernity*. Durham: Duke University.
- Mignolo, W., & Walsh, C. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press.
- Misoczky, M. (2011). World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, 18(3), 345-363.
- Moura, C. (2019). *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva.
- Munck, R. (2021). *Rethinking Development*. Springer International Publishing.

- Muzanenhamo, P., & Chowdhury, R. (2021). Epistemic injustice and hegemonic ordeal in management and organization studies: advancing black scholarship. *Human Relations*, 00187267211014802.
- Nascimento, A. (2016). *O Genocídio do Negro Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2013). Perhaps decoloniality is the answer? Critical reflections on development from a decolonial epistemic perspective. *Africanus*, 43(2), 1-11.
- Nef, J., & Dwivedi, O. (1981). Development Theory and Administration, A fence Around an Empty Lot?. *Indian Journal of Public Administration*, 27(1), 42-66.
- Nkomo, S. (2015). Challenges for management and business education in a “Developmental” state: The case of South Africa. *Academy of Management Learning & Education*, 14(2), 242-258.
- Nkomo, S. (2020). Intersecting viruses: a clarion call for a new direction in diversity theorizing. *Equality, Diversity and Inclusion*, 39(7), 811-821.
- Nkomo, S. (2021). Reflections on the continuing denial of the centrality of “race” in management and organization studies. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 40(2): 212-224.
- Paula, A. P. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. FGV Editora.
- Paula, A. P. P., & Rodrigues, M. A. (2006). Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 46, 10-22.
- Pérez, E. (1999). *The decolonial imaginary: Writing Chicanas into history*. Bloomington: Chicago: Indiana University.
- Perriton, L., & Reynolds, M. (2004). Critical management education: From pedagogy of possibility to pedagogy of refusal?. *Management Learning*, 35(1), 61-77.
- Perriton, L., & Reynolds, M. (2018). Critical management education in challenging times. *Management Learning*, 49(5), 521-536.
- Pettigrew, A. (1987). Context and action in the transformation of the firm. *Journal of Management Studies*, 24(6), 649-670.
- Pieterse, J. (2012). Twenty-first century globalization: A new development era. *Forum for Development Studies*, 39(3): 367-385.
- Plehwe, D. (2009). The origins of the neoliberal economic development discourse. *The Road from Mont Pelerin*, 238-279.
- Pradella, L., & Marois, T. (Eds.). (2015). *Polarising development: alternatives to neoliberalism and the crisis*. London: Pluto Press.
- Prashad, V. (2012). Dream history of the global South. *Interface: a journal for and about social movements*, 4(1), 43-53.
- Prashad, V. (2014). *The Poorer Nations*. London: Verso.
- Prieto, L., Phipps, S., Giugni, L., & Stott, N. (2021). Teaching (cooperative) business: The “Bluefield experiment” and the future of Black business schools. *Academy of Management Learning & Education*, 20(3), 320-341.
- Puppim de Oliveira, J. A., Jing, Y., Collins, P. (2015). Public administration for development: trends and the way forward. *Public Administration and Development*, 35(2), 65-72.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural studies*, 21(2-3), 168-178.
- Raelin, J. (2001). Public reflection as the basis of learning. *Management Learning*, 32(1), 11-30.
- Raelin, J. (2006). Does action learning promote collaborative leadership?. *Academy of Management Learning & Education*, 5(2), 152-168.

- Raelin, J. (2011). From leadership-as-practice to leaderful practice. *Leadership*, 7(2), 195-211.
- Revans, R. W. (1982). What is action learning?. *Journal of Management Development*, 1(3), 64-75.
- Reynolds, M. (1998). Reflection and critical reflection in management learning. *Management Learning*, 29(2), 183-200.
- Reynolds, M.; Vince, R. (2004). Critical management education and action-based learning: Synergies and contradictions. *Academy of Management Learning & Education*, 3(4), 442-456.
- Rhodes, C., Wright, C., Pullen, A. (2018). Changing the world? The politics of activism and impact in the neoliberal university. *Organization*, 25(1), 139-147.
- Rodney, W. (1973). *How Europe underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture
- Saad Filho, A., & Morais, L. (2019). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. Boitempo Editorial.
- Sampaio, E. (2019). *Dialogando com Celso Furtado—Ensaio sobre a questão da mão de obra o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Sandoval, C. (2000). *Methodology of the Oppressed*. University of Minnesota Press.
- Santos, B. (2018). *The end of the cognitive empire*. Durham: Duke University.
- Santos, E., Santos, R. & Braga, V. (2018). *Administração do Desenvolvimento: História, Teorias e Perspectivas*. Curitiba: Appris.
- Santos, R.; Ribeiro, E. & Santos, T. (2009). Bases teórico-metodológicas da Administração Política. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 919-41.
- Shultz, L.; Kajner, T. (Eds.). (2013). *Engaged scholarship: The politics of engagement and disengagement*. Springer Science & Business Media.
- Smith, W.; Lewis, M. (2011). Toward a theory of paradox: A dynamic equilibrium model of organizing. *Academy of Management Review*, 36(2), 381-403.
- Spivak, G. (1993). *Outside in the teaching machine*. London: Routledge.
- Stovall, D. (2020). On Knowing: Willingness, Fugitivity and Abolition in Precarious Times. *Journal of Language and Literacy Education*, 16(1), 1-7.
- Teixeira, J. (2021a). Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism?. *Gender, Work & Organization*, 28, 250-259.
- Teixeira, J. (2021b). *Trabalho doméstico*. Editora Jandaíra.
- Thomas, A. (1996). What is development management?. *Journal of International Development: Journal of the Development Studies Association*, 8(1), 95-110.
- Thomas, A. (2007). Development management – values and partnerships. *Journal of International Development*, 19(3), 383-388.
- Thomas, R., & Davies, A. (2005). Theorizing the micro-politics of resistance: New public management and managerial identities in the UK public services. *Organization studies*, 26(5), 683-706.
- Van de Ven, A. H. (2007). *Engaged scholarship: A guide for organizational and social research*. Oxford: Oxford University.
- Vijay, D. (2021). Settled knowledge practices, truncated imaginations. *Organization*, 13505084211057261.
- Vince, R. (2008). 'Learning-in-action' and 'learning inaction': advancing the theory and practice of critical action learning. *Action Learning: Research and Practice*, 5(2), 93-104.
- Vince, R. (2012). The contradictions of impact: action learning and power in organizations. *Action Learning: Research and Practice*, 9(3), 209-218.

- Vince, R., Abbey, G., Langenhan, M., & Bell, D. (2018). Finding critical action learning through paradox: The role of action learning in the suppression and stimulation of critical reflection. *Management Learning*, 49(1), 86-106.
- Walsh, C. (2021). (Re) existence in times of de-existence: political-pedagogical notes to Paulo Freire. *Language and Intercultural Communication*, 21(4), 468-478.
- Wanderley, S. (2015). Estudos organizacionais,(des) colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. *Cadernos EBAPE. BR*, 13, 237-255.
- Wasserman, C. (2017). *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Welsh, M.; Dehler, G. (2004). P(l)aying attention: Communities of practice and organized reflection. In *Organizing reflection* (pp. 29-43). London: Routledge.
- Willis, K. (2021). *Theories and practices of development*. London: Routledge. 3rd ed.
- Woodson, C. G. (1933). *The mis-education of the Negro*. Book Tree.
- Wynter, S. (2003). Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument. *CR: The new centennial review*, 3(3), 257-337.
- Zhao, M. (2021). The Belt and Road Initiative and China-US strategic competition. *China International Strategy Review*, 1-13.
- Zulfiqar, G., Prasad, A. (2021). Challenging social inequality in the Global South: Class, privilege, and consciousness-raising through critical management education. *Academy of Management Learning & Education*, 20(2), 156-181.